

## Largo da Mariquita (Salvador – BA) a partir da reforma ocorrida em 2015-2016: o espaço público como projeto em movimento

### Largo da Mariquita (Salvador – BA) after the renovation of 2015-2016: the public space as a moving project

### Largo da Mariquita (Salvador – BA) desde la renovación realizada en 2015-2016: el espacio público como proyecto en movimiento

João Maurício Santana Ramos, doutor em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil. E-mail: ramosjms@ufba.br  <http://orcid.org/0000-0002-0827-5004>

**Para citar esse artigo:** RAMOS, J. M. S. O Largo da Mariquita (Salvador – BA) a partir da reforma ocorrida em 2015-2016: o espaço público como projeto em movimento. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 160-175, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p160-175

**Submissão:** 2024-03-17

**Aceite:** 2024-09-17

#### Resumo

Este artigo busca registrar como o projeto de reforma do Largo da Mariquita, executado entre 2015 e 2016, na orla do Rio Vermelho, em Salvador-BA, foi sendo modificado para contemplar interesses de diversos atores, revelando relações de poder no fazer-cidade. Considera-se o projeto não como algo definido, mas sim como projeto em movimento, aberto a constantes alterações, seja ao longo da execução, seja após sua inauguração.



Nesta pesquisa, foram utilizadas técnicas e instrumentos comumente empregados na etnografia, de modo a compor uma descrição de transformações urbanas. As observações levam à conclusão de que, no Largo da Mariquita, foram priorizadas atividades de consumo que atendessem às expectativas das classes médias, mas com possibilidades de resistências de atores que se afastavam do urbanismo neoliberal.

**Palavras-chave:** Projeto em movimento; Relações de poder; Fazer-cidade; Largo da Mariquita.

## Abstract

This article aims to document how the Largo da Mariquita renovation project, conducted between 2015 and 2016 along the Rio Vermelho waterfront in Salvador (BA), was modified to accommodate the interests of different stakeholders, revealing power dynamics in urbanism. The project is not seen as something fixed, but as a moving one, open to constant changes, both during its execution and after its inauguration. Ethnographic techniques and tools were used in this research to provide a description of urban transformations. The observations lead to the conclusion that in Largo da Mariquita, consumer activities that meet the expectations of the middle class have been prioritized, although there remain possibilities for resistance by actors who distance themselves from neoliberal urbanism.

**Keywords:** Project in movement; Power relations; Making-city; Largo da Mariquita.

## Resumen

Este artículo busca registrar cómo el proyecto de renovación del Largo da Mariquita, realizado entre 2015 y 2016, en el borde del Río Vermelho, en Salvador – BA, fue modificado para tener en cuenta los intereses de diferentes actores, revelando relaciones de poder en el hacer-ciudad. No se considera el proyecto como algo definido, sino como un proyecto en movimiento, abierto a cambios constantes, ya sea durante la ejecución o después de su inauguración. En esta investigación se utilizaron técnicas e instrumentos comúnmente utilizados en etnografía, con el fin de componer una descripción de las transformaciones urbanas. Las observaciones llevan a la conclusión de que, en Largo da Mariquita, se priorizaron actividades de consumo que respondían a las expectativas de las clases medias, pero con posibilidades de resistencia por parte de actores que se alejaban del urbanismo neoliberal.

**Palabras clave:** Proyecto en movimiento; Relaciones de poder; Hacer-ciudad; Largo da Mariquita.



## INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da pesquisa que desenvolvi no Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, entre 2016 e 2020, com atualizações e complementações; nele, busco entender como o projeto de reforma do Largo da Mariquita, executado entre 2015 e 2016, na orla do Rio Vermelho, em Salvador – BA, foi sendo modificado para contemplar interesses de diversos atores, revelando relações de poder no fazer-cidade. Utilizei técnicas e instrumentos comumente empregados na etnografia – como contato direto com o campo, observação participante, anotações em caderno de campo, conversas gravadas, fotografias, leitura de notícias de jornal e outros documentos, de modo a compor uma descrição de transformações urbanas – no caso, as transformações ocorridas na reforma da orla do Rio Vermelho e alguns episódios que lhe sucederam.

O texto está dividido em quatro partes além desta introdução. Na primeira delas, apresento conceitos que sustentam a pesquisa realizada. Na segunda parte, trato da primeira etapa da reforma da orla do Rio Vermelho. Na terceira seção, foco no fazer-cidade ocorrido no Largo da Mariquita. Na última seção, apresento as considerações finais.

### **Fazer-cidade no espaço público: projeto em movimento atravessado por relações de poder**

Projetos de arquitetura e urbanismo não dependem unicamente da criatividade e do conhecimento técnico dos profissionais. Eles são resultado da negociação entre diversos atores, cujo objetivo é conectar elementos heterogêneos de modo a atingir efeitos desejáveis (Costa; Azevedo; Pedro, 2018). Essa negociação não se finda no momento em que o projeto é entregue para aqueles que vão cuidar de sua construção, mas se estende durante a construção, na medida em que é necessário modificar o projeto para ajustá-lo a determinadas situações que somente são percebidas na sua execução. Assim, o projeto arquitetônico ou urbanístico não é algo definitivo, imutável; talvez seja possível dizer que, nas alterações ao longo de sua execução, o projeto continua sendo elaborado.

Latour e Yaneva (2008) argumentam que o edifício não deve ser entendido como uma estrutura estática, mas sim como um fluxo de transformações – mesmo depois de construído, ele envelhece, é transformado por seus usuários, modificado por tudo o que acontece dentro e do lado de fora – e que vai se perder ou ser renovado, adulterado e transformado para além de seu reconhecimento. Ora, não é difícil fazer uma analogia entre o edifício e a cidade (ou algum trecho dela, como um bairro, uma praça, uma rua, uma quadra), seja ela nascida de um projeto técnico ou não. A cidade, como o edifício, é um projeto em movimento, na medida em que passa por constantes modificações provocadas pelos diversos atores (humanos e não humanos) que nela habitam ou transitam, bem como está sujeita



às interferências de atores que aparentemente são externos ao espaço da cidade, mas que nele se entrelaçam, na medida em que aí provocam ações orientadas aos seus interesses. Proponho, aqui, observar as transformações ocorridas entre o projetado, o efetivamente construído e o posteriormente modificado no Largo da Mariquita. A existência de alterações de um projeto pode indicar a incidência de relações de poder que merecem ser observadas e analisadas, para melhor compreender o fazer-cidade.

Utilizo aqui “fazer-cidade” como uma ampliação da formulação proposta por Michel Agier (2011, 2015). Para Agier, o fazer-cidade é o meio para instauração do direito à cidade tal como proposto por Lefebvre (2011); proponho “fazer-cidade” como alargamento deste entendimento, contemplando movimentos de todos os atores urbanos – incluindo os que lutam pela efetivação do direito à cidade, outros cujas ações desdobram em aumento da segregação socioespacial e aqueles que estão entre estas duas posições extremas, evitando abordagens dualistas. Compreendo, portanto, fazer-cidade como a constante (re)conformação dos espaços da cidade promovida pelos movimentos e pelos resultados dos movimentos de todos os atores urbanos (Ramos, 2020).

O direito à cidade, tal como proposto por Lefebvre (2011), corresponde não somente ao acesso a espaços e serviços urbanos, mas também ao acesso aos processos decisórios em torno à (re)conformação dos espaços urbanos. É o “direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (Harvey, 2014, p. 28), ressaltando que “reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização” (*ibidem*, p. 28).

Esta coletividade abarca pessoas diversas, com diversos entendimentos e desejos, tornando o conflito inerente ao fazer-cidade – estabelecem-se, então, relações de poder entre os diversos atores, para fazer prevalecer determinados interesses no fazer-cidade. Para o entendimento de poder, recorro a Foucault (2008), para quem o poder não é exercido exclusivamente por determinados atores nem coloca em permanente submissão constante outros atores; de acordo com o filósofo, o poder funciona em rede, em alternância entre os diversos atores: se uns exercem o poder em certos momentos, em outros momentos podem sofrer suas consequências. Visto desse modo, o poder perde sua carga negativa de algo que visa a controlar ou oprimir e passa a ser uma força criativa que atravessa todo o corpo social, embora não esqueçamos que o poder é majoritariamente exercido por alguns grupos – é o poder hegemônico. No contínuo revezamento do exercício do poder é que compreendo os processos do fazer-cidade.

Foucault (1995) também contribui para entendermos como se dão relações de poder. Para ele, relações de poder são ações sobre ações; são ações no sentido de impedir ou dificultar as ações de outros atores, que são sempre entendidos como capazes de resistir, de encontrar formas para também desenvolver suas ações. Ora, as ações sempre ocorrem em algum ambiente, algum espaço. E não só ações



podem inibir outras ações: a própria (re)configuração do ambiente pode inibir determinadas ações. Proponho, portanto, que relações de poder no fazer-cidade correspondem às ações (movimentos) de atores que visam a inibir movimentos de outros atores nos espaços urbanos, bem como as constantes (re)conformações dos espaços urbanos que também inibem movimentos de alguns atores.

Retomando as contribuições de Latour e Yaneva (2008), para quem um edifício não é um objeto estático, mas sim um projeto em movimento, e ampliando este entendimento para o fazer-cidade, propomos que o espaço público é um projeto em movimento atravessado por relações de poder estabelecidas entre os diversos atores que têm interesse conflitantes em determinado espaço público. Analisar as modificações do projeto arquitetônico durante sua execução e as (re)configurações permanentes do espaço público pode levar a mapear as relações de poder que permeiam este ambiente, contribuindo para pensar em encaminhamentos que levem a cidades inclusivas tais como pensadas por Marques e Rasteiro (2018): aquelas nas quais todas as pessoas, independentemente de classe, de gênero, raça, etnia ou religião, estão habilitadas e capacitadas para participar plenamente das oportunidades sociais, econômicas e políticas que as cidades têm para oferecer.

### **A reforma da orla do Rio Vermelho (2015-2016)**

Desde 2013, a cidade de Salvador, capital da Bahia, vivencia um conjunto de ações de reconfiguração de espaços públicos de sua orla – ações chamadas, pela Prefeitura Municipal, de “revitalização” e/ou “requalificação”. Já foram realizadas obras em vários trechos da orla da capital, como Boca do Rio, Ribeira, Barra, Piatã, Itapuã, entre outros.

Entendo que os termos utilizados pela prefeitura para se referir às intervenções urbanísticas – “revitalização” ou “requalificação” – não são os mais adequados, pois implicam ausência de qualidade ou de vida nesses espaços, que seriam reestabelecidas mediante as intervenções. Proponho o uso do termo “reforma”, pois este sugere reconfiguração da forma do espaço sem emitir juízo de valor acerca de sua qualidade ou vitalidade prévias à reforma. Ao optar pelo termo “reforma”, não esqueço que nele estão também embutidas as intenções de “refuncionalização” dos espaços, ou poderia também ser dito que a necessidade de “refuncionalização” dos espaços, para adequá-los às demandas de determinados atores, é o que mobiliza a “reforma”. Aqui, lembramos de Lefebvre (2013, p. 198-212), que propôs a tríade conceitual forma-função-estrutura para analisar o espaço social, e vemos que a sociedade organizada nas formas de produção e de relação capitalistas (estrutura) demanda espaços adequados (forma) às suas necessidades de consumo (função).

O Rio Vermelho é conhecido como o bairro mais boêmio de Salvador, o que impulsiona o turismo da cidade. Na orla do bairro, existem muitos bares e



restaurantes, que atraem muitas pessoas entre as noites de quinta-feira e sábado. As pesquisas de Araújo (2013) e Santos (2013) ajudam a caracterizar o público frequentador dos bares do Rio Vermelho: em sua maioria, são pessoas jovens (18 a 35 anos), de classes médias e altas, solteiras, cursando ou já com nível superior de escolaridade, que frequentam os bares do bairro mais de uma vez por semana, usando veículo próprio ou táxi para chegar até lá e que identificavam, como maiores problemas do bairro, a insegurança, a pequena quantidade de vagas de estacionamento e a deficiente limpeza urbana.

A reforma da orla do Rio Vermelho mobilizou diversos atores. Além de pessoas técnicas da prefeitura, do arquiteto autor do projeto e sua equipe, da empresa vencedora da licitação para executar a obra, entre outros, formou-se uma polarização entre atores que apoiavam a reforma e outras pessoas que a questionavam. De um lado, donos de estabelecimentos de comércio e serviço localizados no trecho a ser reformado e integrantes da Associação de Moradores e Amigos do Rio Vermelho (Amarv) organizaram-se na Comissão de Acompanhamento de Obras do Rio Vermelho (Caor), que se reunia frequentemente com representantes da prefeitura para acompanhar o cronograma de execução das obras e a qualidade dos serviços realizados, tentando evitar que se repetissem, no Rio Vermelho, os problemas que tinham ocorrido durante e após a primeira etapa da reforma da orla da Barra e que foram motivo para manifestações de moradores e empresários daquele bairro<sup>1</sup>. Do outro lado, estava o coletivo Rio Vermelho em Ação (RVA), formado por moradores e frequentadores do bairro, mediante articulações, nas redes sociais da internet, de pessoas que souberam das notícias do início da reforma da orla do bairro e não tinham acompanhado o debate acerca do seu projeto. O RVA reivindicava a apresentação do projeto para a comunidade do Rio Vermelho e a participação ampla no projeto, para que ele contemplasse os interesses dos moradores do bairro e não somente os interesses dos setores imobiliário e comercial<sup>2</sup>.

As reivindicações do RVA levaram a prefeitura a publicar, em julho de 2015, o projeto urbanístico da reforma da orla do Rio Vermelho no *site* [www.novaorla.salvador.ba.gov.br](http://www.novaorla.salvador.ba.gov.br), mas o diálogo acerca da execução das obras e eventuais modificações no projeto foi mantido exclusivamente com a Caor. O RVA negou-se a integrar a Caor, alegando que este grupo estava legitimando a intervenção da prefeitura na orla do bairro em um processo cuja participação não fora ampla o suficiente (Ramos, 2020).

A inauguração das obras da primeira etapa da reforma ocorreu em 29 de janeiro de 2016, poucos dias antes da Festa de Iemanjá, realizada anualmente em 2 de fevereiro no trecho reformado. Na inauguração, o então prefeito ACM Neto caminhou pelo trecho reformado, descerrando placas comemorativas e, em

1 Cf. ALMEIDA, Luana. Entidades e moradores pedem ajustes na Barra. *A Tarde*, Salvador, 8 nov. 2014. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/entidades-e-moradores-pedem-ajustes-na-barra-648075>. Acesso em: 17 set. 2024.

2 Cf. O coletivo. *Rio Vermelho em Ação*, Salvador, 2015. Disponível em: <https://riovermelhoemacao.wordpress.com/o-coletivo/>. Acesso em: 2 abr. 2017.



seguida, ocorreram shows musicais em um palco montado no Largo da Mariquita. Uma grande multidão compareceu à inauguração, causando congestionamentos nas ruas de acesso ao bairro. Em sua maioria, a população avaliou positivamente a reforma realizada, contribuindo para manter alto o índice de aprovação do prefeito (Ramos, 2020).

O projeto urbanístico da reforma da orla do Rio Vermelho, publicado pela prefeitura, permitiu mapear alterações ocorridas durante a execução das obras e outras modificações realizadas após a inauguração da reforma – trataremos agora destas modificações de projeto, enfocando, especificamente, o Largo da Mariquita.

### Projeto em movimento no Largo da Mariquita

Teixeira e Santos (2015) compreendiam que o espaço do Largo da Mariquita abarcava três áreas: a Praça Colombo, situada à margem direita da foz do rio Lucaia, a Praça Augusto Severo, situada à margem esquerda deste rio, e a faixa de terra onde estava instalado o Mercado do Peixe. Por isso, caracterizam este largo como “um espaço residual, bastante recortado, definido pelo sistema viário que atravessa a área – na medida em que é composto pelos ‘recortes’ de espaço que não serviram ao traçado das Ruas Oswaldo Cruz/João Gomes, Borges dos Reis e Conselheiro Pedro Luiz” (Teixeira; Santos, 2015, p. 100-102), como é possível ver na Figura 1. Contudo, nas notícias acerca da reforma e dos documentos da Amarv, não apareceu o nome da Praça Augusto Severo – as referências a este espaço foram feitas usando a denominação Largo da Mariquita, considerando, para delimitação entre a Praça Colombo e o Largo da Mariquita, não o rio Lucaia, mas sim a Rua Conselheiro Pedro Luiz, demonstrando que existe algum entendimento generalizado de que o Largo da Mariquita corresponde a esse espaço – e é esse entendimento que adoto neste texto.



Figura 1: Largo da Mariquita e Praça Colombo em 2005. Fonte: Recorte de fotografia de Pierre André Leclercq sob licença Creative Commons. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Salvador\\_de\\_Bahia\\_vue\\_panoramique\\_2005.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Salvador_de_Bahia_vue_panoramique_2005.jpg). Acesso em: 10 mar. 2024.



Teixeira e Santos (2015) apontam que o Largo da Mariquita, “pelo menos em parte, é a subversão de um espaço residual, à medida que, diferentemente de outros espaços com características morfológicas semelhantes na cidade, ele foi apropriado como lugar de encontro” (Teixeira; Santos, 2015, p. 102). As autoras também registraram: privatização do espaço público, mediante mesas dos bares espalhadas na praça; existência de quiosques e tabuleiros para venda de alimentos; presença de vendedores ambulantes e de pessoas em situação de rua que se abrigavam sob as árvores para dormir. Assinalaram “a subutilização ou não utilização de partes significativas dos espaços desinteressantes aos empreendedores locais” (Teixeira; Santos, 2015, p. 107), denunciando a concepção do espaço que não favorecia outros usos além dos existentes.

A perspectiva do projeto de reforma do Largo da Mariquita apresentada pela prefeitura a moradores, empresários e trabalhadores do Rio Vermelho, em fevereiro de 2014, pode ser vista na Figura 2. Nela, observa-se que o piso da praça tinha desenho diferente do que viria a ser executado na reforma (Figura 3). Também é possível ver que há uma laje no trecho do rio Lucaia ao lado da Avenida Juracy Magalhães Júnior, onde se estacionam carros. Ainda se nota uma ciclofaixa que vem da Rua Guedes Cabral, passa entre as edificações da Praça Colombo e o mar e segue até a entrada do Mercado do Peixe. Já estava presente, na imagem, a proposta de construir uma laje sobre o rio Lucaia no trecho ao lado do Largo da Mariquita, para ampliar o piso da praça. Percebe-se, também, a diminuição dos maciços vegetais formados pelas copas das árvores, com consequente diminuição da área sombreada na praça.



Figura 2: Imagem de divulgação do projeto para o Largo da Mariquita, publicada em fevereiro de 2014. Disponível em: <http://salvadoremumdia.blogspot.com.br/2014/02/apresentado-projeto-de-requalificacao.html>. Acesso em: 2 abr. 2017.





As imagens do projeto do Largo da Mariquita divulgadas a partir do encerramento da licitação da obra trazem diferenças em relação a esta imagem inicial e estão de acordo com o projeto urbanístico divulgado pela prefeitura em julho de 2015. Uma das imagens pode ser vista na Figura 3. Nesta imagem, também uma perspectiva aérea da praça, desaparecem a ciclofaixa que vem da rua Guedes Cabral e a laje sobre o rio Lucaia no trecho ao lado da Avenida Juracy Magalhães Júnior. Por outro lado, surge aí o piso de concreto intertravado para tráfego compartilhado e o desenho do piso da praça é bastante próximo do que foi executado (Figura 4).



Figura 3: Imagem de divulgação do projeto para o Largo da Mariquita, publicada em junho de 2015. Disponível em: <https://www.ibahia.com/salvador/obra-do-rio-vermelho-deve-ficar-pronta-ate-2-de-fevereiro-de-2016>. Acesso em: 11 jun. 2024.

A Caor solicitou modificações no projeto à prefeitura, mediante carta<sup>3</sup>, mas não foi atendida. De forma resumida, as solicitações foram: ampliação da área de canteiros com vegetação de porte que propiciasse maior sombreamento; mais bancos para encontros e atrativos para pessoas usuárias da praça; mesas para jogar dominó; grande pergolado com plantas trepadeiras que gerasse sombra para realização de feiras, eventos artísticos ou esportivos; parque infantil com fonte de água próxima para propiciar um microclima mais ameno; arena para capoeiristas; mais lixeiras.

Entretanto, algumas diferenças podem ser percebidas entre a Figura 3 e o que foi executado – ou seja, houve alterações no projeto urbanístico. Na imagem

3 Cf. CARNAVAL do bairro volta à pauta no projeto Rio Vermelho Criativo. Blog do Rio Vermelho. 7 out. 2015. Disponível em: <https://blogdoriovermelho.blogspot.com/2015/10/carnaval-do-rio-vermelho-volta-pauta.html>. Acesso em: 14 out. 2019.



há somente um pergolado, que se associa ao piso vermelho para estabelecer uma ligação entre o Largo da Mariquita e o Mercado do Peixe; nem esse piso nem o pergolado foram executados. Por outro lado, nas proximidades da Praça Colombo, foram erguidos dois pergolados que não estavam previstos no projeto. Na imagem não aparecem as mesas dos bares que funcionam na esquina da praça com a Rua Oswaldo Cruz e que, havia anos, eram posicionadas neste trecho da praça (Figura 1) – aí foi previsto um pequeno jardim com árvores; contudo, o jardim previsto foi diminuído e as mesas dos bares foram mantidas após as obras, protegidas por sombreiros. Na imagem não aparecem os quiosques para venda de tapioca e acarajé, que foram construídos por ocasião da reforma da praça para abrigar trabalhadores que ali já atuavam antes da intervenção, mas o projeto urbanístico publicado pela prefeitura indicava a construção de somente um quiosque para venda de acarajé. Questionei a prefeitura sobre como se deram essas modificações de projeto, mas não obtive resposta. Nas Figuras 4 e 5, é possível observar o Largo da Mariquita após as obras de reforma.



Figura 4: Vista aérea do Largo da Mariquita após a reforma. Fonte: Fotografia de Nilton Souza.



Figura 5: Mesas de bares (a) e quiosques (b) no Largo da Mariquita. Fonte: Fotografias do autor em 23 de julho de 2017.

Outro fato relevante é o descuido com alguns aspectos da mobilidade urbana ao longo do projeto e/ou sua execução. Este descuido pode ser visto na calçada da rua ao lado do largo, mais precisamente no trecho da ponte sobre a foz do rio Lucaia. Aí, postes instalados na pequena largura da calçada dificultavam o trânsito de pedestres desde antes da reforma. No projeto urbanístico publicado pela prefeitura, este problema não foi enfrentado, pois havia a indicação de instalação



de postes em trecho de calçada de pequena largura. Dessa maneira, os entraves à mobilidade previamente existentes não foram resolvidos na reforma, como é possível ver na Figura 6.



Figura 6: Via de tráfego compartilhado no Largo da Mariquita, onde no trecho exclusivo para pedestres há sérios problemas de mobilidade, causados pelos postes instalados. Fonte: Fotografia do autor em 11 de junho de 2024.

As mesas e cadeiras dos bares do Largo da Mariquita, posicionadas no espaço público, significam a privatização desse espaço, tornando-o de uso exclusivo dos estabelecimentos para atendimento de clientes. Em dezembro de 2017, foi construída uma cobertura para as mesas e cadeiras em estrutura de eucalipto que, de acordo com a presidência da Amarv, em conversa mantida ao longo da pesquisa, tinha sido solicitada pelos donos dos bares do Largo da Mariquita à Fundação Mário Leal Ferreira, instância da Prefeitura de Salvador encarregada das intervenções em espaços públicos.

A cobertura de mesas e cadeiras demarca a privatização do espaço público não só nas noites, com maior presença de clientes, mas ao longo de toda a semana, mesmo sem a presença de clientes, como pode ser visto na Figura 7. O espaço público, reformado com recursos públicos, torna-se privativo de alguns empresários, conforme acordo com a gestão municipal que privilegia o mercado, em um movimento alinhado ao urbanismo neoliberal.



Figura 7: Mesas e cadeiras de bares no Largo da Mariquita, com cobertura construída após a inauguração das obras, durante a noite (a) e o dia (b). Fonte: Fotografias do autor em 23 de fevereiro de 2018 (a) e 6 de maio de 2019 (b).



Outros bares do Largo da Mariquita também mantêm suas mesas, cadeiras e bancos no espaço público durante a noite, mas sem a proteção de cobertura. Este mobiliário é recolhido durante o dia, possibilitando outros usos do espaço público. Mesmo assim, não deixa de ser uma privatização do espaço público, ainda que temporária, como é possível ver na Figura 8.



Figura 8: Bar do Largo da Mariquita, que durante a noite coloca mesas e cadeiras no espaço público (a) e durante o dia as recolhe (b). Fonte: Fotografias do autor em 5 de maio de 2019 (a) e 6 de maio de 2019 (b).

Vendedores ambulantes posicionam-se nas proximidades dos bares do Largo da Mariquita, atraídos pelo fluxo de pessoas. Mulheres negras são, visivelmente, a maioria nesse grupo. Alguns dos ambulantes estendem tecidos no chão, sobre os quais expõem seus produtos; outros apoiam seus expositores no chão; outros assam queijo coalho em braseiros; outros vendem bebidas em caixas de isopor colocadas sobre carrinhos de bebê ou carros de supermercado (Figura 9). Os vendedores ambulantes usam alguns improvisos, que podiam trazer algum perigo para eles e para os transeuntes. Perguntei a alguns deles sobre a ação de fiscais da prefeitura: responderam-me que eles olhavam de longe, mas que até então não tinham tido problema com agentes do poder público.



Figura 9: Vendedores ambulantes nas proximidades dos bares do Largo da Mariquita e da Vila Caramuru: a) assando queijo coalho sobre banquetas de ferro, b) vendendo artesanato sobre tecidos estendidos no chão, c) vendendo bebidas em caixas térmicas colocadas sobre carros de bebê ou de supermercados. Fonte: Fotografias do autor em 5 de maio de 2019.

Os clientes dos bares do Largo da Mariquita atraem artistas de rua, como músicos, atores e circenses, que se apresentam momentaneamente. Registrei a apresentação de um grupo formado por três músicos – um cantor e violonista, um flautista e um percussionista – e a de um grupo de quatro jovens percussionistas que tocavam samba-reggae. Após um período tocando para os clientes dos bares, um dos integrantes de cada um dos grupos passava por entre as mesas ocupadas pelos clientes, recolhendo contribuições voluntárias.

A privatização do espaço público também pode ser verificada, de modo efêmero, nas feiras de artes e gastronomia que se instalam no Largo da Mariquita. São feiras onde são vendidos artigos de produção local, como artesanato, vestuário, bolsas, peças de decoração, plantas, lanches, entre outros, expostos em barracas e toldos, e também oferecem atividades para crianças e *shows* musicais. Observei que a feira mais frequente era a da Associação dos Artesãos da Bahia (Adaba), que ali acontecia, geralmente, uma vez por mês. A feira começava a ser instalada no centro do Largo da Mariquita na tarde de quinta-feira, com funcionamento entre sexta-feira e domingo, geralmente entre 16h e 23h. As barracas eram montadas seguindo o desenho circular da praça, deixando livre o centro do largo; a disposição circular dessas barracas ignorava a posição de alguns bancos existentes ao redor do motivo floral desenhado no piso da praça: as pessoas que neles se sentavam ficavam voltadas para os fundos das barracas, fechadas com lona. No centro da praça, às vezes, aconteciam apresentações de artistas de rua: cantores, instrumentistas, atores... Também aí brincavam crianças com bicicletas, patinetes, bolas e outros brinquedos, observadas pelos pais. Havia um toldo da feira, próximo ao centro da praça, reservado para apresentações musicais de artistas trazidos pela Adaba. A feira era frequentada por pessoas de todas as idades (Figura 10).



Figura 10: Feira da Adaba no Largo da Mariquita: a) barracas dispostas em forma circular na praça; b) crianças brincam enquanto músicos se apresentam; c) artista interage com crianças; d) disposição das barracas restringe visibilidade de pessoas sentadas nos bancos da praça. Fonte: Fotografias do autor em 05 de maio de 2019 (a e b) e em 25 de maio de 2019 (c e d).

O largo da Mariquita compreende cheios e vazios. Chama a atenção o desenho de piso com motivo floral que sugere irradiação ou convergência em relação ao que seria o “centro” da praça. Mas também merece atenção o espaço “vazio”, nas imediações da laje construída sobre o rio Lucaia, onde não há desenho de piso nem vegetação de porte – este espaço, apesar do seu caráter árido (pela quase total ausência de vegetação) e mineral (pelo revestimento usado no piso), abre-se para usos imprevistos, ampliando as possibilidades de fazer-cidade. Aí, pode observar apresentações artísticas, a exemplo do Cabaré Belas, Arretadas e Fora



da Casinha, e o encontro semanal de patinadoras, às sextas-feiras, e malabaristas, às segundas-feiras, que iam para a praça trocar experiências e usufruir do espaço público em dinâmicas que se afastam do consumo e, portanto, desvinculam-se do urbanismo neoliberal (Ramos, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao seguir o projeto urbanístico da reforma do Largo da Mariquita, encarado como projeto em movimento, identificando suas alterações não somente na fase de elaboração, mas também durante a execução e após a inauguração, revelam-se relações de poder para contemplar determinados interesses no fazer-cidade. As observações registradas indicam priorização das atividades de consumo para atendimento das necessidades das classes médias, como foi possível comprovar na construção da cobertura próximo aos bares, na instalação de mesas e cadeiras (ainda que temporariamente) e na realização de feiras de artes e gastronomia no espaço público. Tais relações de poder, estabelecidas mediante (re)configurações dos espaços, inibem movimentos de atores que têm interesses divergentes do urbanismo neoliberal. Contudo, alguns destes atores, como artistas e esportistas, buscam brechas, formas alternativas de exercício do poder, ocupando, com seus corpos em movimento, espaços vazios do projeto do Largo da Mariquita, imprimindo usos talvez impensados pelos responsáveis pela elaboração e execução do projeto. Ressalto que, ao considerar o projeto em movimento no fazer-cidade, tais atores podem ser vistos, momentaneamente, como coautores deste projeto em movimento, permanentemente (re)configurando-o.

É possível afirmar que, embora a experiência da reforma do Largo da Mariquita tenha buscado valorizar o consumo, alinhando-se ao urbanismo neoliberal, este projeto (em movimento) jamais será realizado por completo, em razão das resistências que se colocam perante ele – como vimos na presença de ambulantes, de esportistas ou artistas que podem causar algum tipo de constrangimento a alguns indivíduos que integram as classes médias.

Mapear as relações de poder que causam alterações no projeto em movimento pode auxiliar na tomada coletiva de encaminhamentos que torne as cidades mais inclusivas – muito embora este projeto de cidades inclusivas também deva ser considerado em movimento e, portanto, sujeito a resistências e alterações.

Agradeço a Nilton Souza, que, generosamente, cedeu uma fotografia, vista na Figura 4, para ilustrar este artigo.

## REFERÊNCIAS

AGIER, M. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.



AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, dez. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132015000300483&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000300483&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 nov. 2018.

ARAÚJO, Sérgio Sobreira. Espaços, práticas e consumo de cultura e entretenimento pela juventude de Salvador no bairro do Rio Vermelho. *Interfaces Científicas – Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 1, n. 2, p. 33-43, fev. 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/view/474>. Acesso em: 5 jan. 2020.

COSTA, R.; AZEVEDO, G.; PEDRO, R. Versões e conexões: a ação projetual em arquitetura como objeto de pesquisa à luz dos estudos em ciência, tecnologia e sociedade. *Projetar*, Natal, v. 3, n. 1, abr. 2018, p. 30-43. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16622>. Acesso em: 20 dez. 2018.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LATOUR, B.; YANEVA, A. "Give me a gun and I will make all buildings move": An ANT's view of architecture. In: GEISER, R. (ed.) *Explorations in Architecture: Teaching, Design, Research*. Basel: Birkhäuser, 2008. p. 80-89. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/P-138-BUILDING-VENICEpdf.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

LEFEBVRE, H. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

MARQUES, C. A. A.; RASTEIRO, D. M. S. Aprender a Planear a Cidade Inclusiva. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 14, 2018. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/issue/view/Cadernos.2018.1>. Acesso em: 17 mar. 2024.

RAMOS, J. M. S. *Relações de poder no fazer-cidade: articulações em torno da reforma da orla do Rio Vermelho em Salvador – BA (2015-2019)*. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.



SANTOS, J. T. dos. *Produção e consumo cultural no bairro do Rio Vermelho – Salvador/BA*. 2013. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12745>. Acesso em: 5 jan. 2020.

TEIXEIRA, Marina Coelho; SANTOS, Jacileda Cerqueira. Leituras possíveis: a paisagem do Largo da Mariquita. *ARQUISUR Revista*, v. 7, p. 94-111, 2015. DOI <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Arquisur/article/view/4941>. Acesso em: 5 jan. 2020.

